



**CÂMARA DE PROTEÇÃO À BIODIVERSIDADE
E DE ÁREAS PROTEGIDAS**
Ata da 7ª reunião, realizada em 24 de julho de 2017

1 Em 24 de julho de 2017, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Proteção à
2 Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB), na sede da Secretaria de Estado
3 de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo
4 Horizonte. Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o
5 presidente Henri Dubois Collet, representante da SEMAD. Representantes do
6 poder público: Daniel Rennó Tenenwurcel, da Secretaria de Estado de
7 Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
8 (Sedectes); Newton de Carvalho Júnior, da Secretaria de Estado de Turismo
9 (Setur); Ricardo Luiz Barbosa Guimarães, da Fundação de Amparo à Pesquisa
10 de Minas Gerais (Fapemig); Nino Antônio Camini, do Instituto Brasileiro do Meio
11 Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Frederico Drumond
12 Martins, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).
13 Representantes do setor produtivo: Thiago Rodrigues Cavalcanti, da Federação
14 das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Carlos Alberto Santos
15 Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais
16 (Faemg); Rogério Pinto Vasconcellos, do Sindicato da Indústria Mineral do
17 Estado de Minas Gerais (Sindiextra). Representantes da sociedade civil:
18 Gustavo Bernardino Malacco da Silva, da Associação para a Gestão
19 Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá); André Mundstock Xavier de
20 Carvalho, da Universidade Federal de Viçosa – Campus de Rio Paranaíba;
21 Geraldo José dos Santos, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
22 (Crea/MG). **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL**
23 **BRASILEIRO**. Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA**. O
24 presidente Henri Dubois Collet declarou aberta a 7ª reunião da Câmara de
25 Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas e deu boas-vindas a todos. **3)**
26 **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS**. Não houve
27 manifestações. **4) EXAME DA ATA DA 6ª REUNIÃO DA CPB**. Aprovada por
28 unanimidade a ata da 6ª reunião da Câmara de Proteção à Biodiversidade e de
29 Áreas Protegidas, realizada em 26 de junho de 2017. **5) COMPENSAÇÃO**
30 **AMBIENTAL. Apresentação: Fundo Brasileiro para a Biodiversidade**
31 **(Funbio)**. Rosa Lemos de Sá fez exposição sobre o Fundo Brasileiro para a
32 Biodiversidade (Funbio), suas ações e projetos, destacando a experiência com a
33 atuação em áreas protegidas e detalhando o mecanismo financeiro de
34 compensação ambiental e de outros recursos adotado no Estado do Rio
35 Janeiro. Destacou que “a transparência é o carro-chefe”, com auditoria,
36 aprovação por uma câmara de compensação e publicação no site da Secretaria

37 de Meio Ambiente. Após a exposição, foram esclarecidas questões levantadas
38 pelos conselheiros. O presidente Henri Dubois Collet registrou “um desafio” para
39 a Diretoria de Unidades de Conservação do IEF para que continue as tratativas
40 com o Funbio para implantar um sistema similar em Minas Gerais. “Eu vejo que
41 temos hoje uma grande oportunidade na mão, e é um desafio para a equipe,
42 para que possamos trazer, na próxima reunião, uma proposta de como iremos
43 fazer com as nossas compensações, em função das propostas que estamos
44 tendo e das mudanças que estamos fazendo, das mudanças que vemos que o
45 próprio ICMBio está fazendo.” O conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti
46 questionou sobre aquisição de bens e serviços para unidades de conservação e
47 se é feita pelo Funbio aquisição de áreas no interior de unidades pendentes de
48 regularização fundiária. E pontuou que esse seria o maior problema em Minas
49 Gerais. Rosa Lemos de Sá/Funbio: “O Funbio faz, sim, regularização fundiária.
50 Os recursos de compensação no Rio de Janeiro foram de R\$ 27 milhões na
51 aquisição de áreas dentro de unidades de conservação. Mas eu tenho que ser
52 muito clara: não negociamos, não avaliamos, não lidamos com o proprietário. O
53 Estado é que faz a avaliação, a negociação com o proprietário, e o Funbio
54 recebe o boleto negociado para depositar o recurso na conta do proprietário ou
55 em uma conta bancária judicial.” O conselheiro Frederico Drumond Martins
56 questionou sobre o detalhamento de projetos para se chegar a uma
57 especificação técnica adequada, perguntou se há pagamento de taxa
58 administrativa, se o Estado poderia fazer parceria com o Funbio e optar por
59 outra fundação e se são realizadas contratações via CLT e concedidas bolsas
60 de pesquisas. Rosa Lemos de Sá/Funbio esclareceu que a fundação tem
61 grande experiência com unidades de conservação e dá o apoio necessário para
62 o detalhamento de projetos. No caso de compensação ambiental, disse que não
63 há cobrança de taxa administrativa e explicou que a Fundação não tem fins
64 lucrativos. “Na nossa forma de recuperação de custos, nós temos uma tabela de
65 valores do custo da hora de um advogado, de um técnico, de um financeiro,
66 contador etc. São contabilizadas as horas trabalhadas em cada uma das
67 categorias, e é cobrado no fim do mês. O Estado recebe um relatório das horas
68 trabalhadas de cada profissional, sua atuação e em que projeto. Não tem taxas
69 nem lucro. Sobre concorrência, é possível, e está sujeita a chamada pública,
70 considerando experiência, caráter da instituição, vocação para trabalhar com
71 unidades de conservação etc. Quanto a contratação, são todos os funcionários
72 contratados por CLT, e é apoiado também o programa de bolsas de estudos.” O
73 conselheiro Rogério Pinto Vasconcellos solicitou informações sobre a
74 regularização documental das terras, se é feita pelo governo ou pela fundação.
75 Rosa Lemos de Sá/Funbio esclareceu que a fundação só realiza o pagamento,
76 ficando o Estado responsável pelas avaliações, negociações e demais atos
77 necessários à regularização fundiária. Conselheiro Thiago Rodrigues
78 Cavalcanti: “A dificuldade maior que temos visto nas reuniões, do que tem sido
79 dito de dificuldades do Estado, é a falta de pessoal para identificação das áreas,

80 levantamento dos documentos para deixar a área pronta para aquisição do
81 Estado. Talvez seja o caso, nesse chamamento, de se incluir também esse tipo
82 de atividade para que o contratado realize isso, porque também faz parte da
83 regularização fundiária.” Rosa Lemos de Sá/Funbio afirmou que no Rio de
84 Janeiro foi contratada uma empresa pelo Funbio, monitorada pelo Estado, que
85 presta esse tipo de serviço ao Estado. O conselheiro Ricardo Luiz Barbosa
86 Guimarães perguntou se os projetos apoiados pelo Funbio são de qualquer área
87 de pesquisa, como social e econômica, ou se há limitação de áreas específicas.
88 Rosa Lemos de Sá explicou que os projetos com recursos da compensação
89 ambiental seguem as linhas estabelecidas no artigo 36 da Lei do Snuc, quanto
90 às prioridades de aplicação em unidades de conservação. “Mas, além de
91 projetos como compra de equipamentos e serviços, nós apoiamos também, no
92 Rio de Janeiro, projetos, por exemplo, de educação ambiental no entorno.”
93 Presidente Henri Dubois Collet: “No momento, a nossa Gerência de
94 Regularização Fundiária está só aguardando a publicação do Grupo de
95 Trabalho. Assim que sair a publicação, esse GT vai ter a primeira reunião para
96 darmos prosseguimento ao que iniciamos. Mas o serviço não está parado. Nós
97 conseguimos capacitar um avaliador, que está trabalhando e fez avaliações do
98 Parque da Serra da Candonga. No momento, está trabalhando com avaliação
99 do Parque Serra das Araras, que já tinha previsão de avaliação, e também com
100 o Parque Sete Salões. O grande problema que temos é, realmente, a
101 comprovação da titularidade da propriedade. Vemos que várias propriedades
102 ainda são posses, então é onde temos o maior gargalo e entraves. Mas eu
103 acredito que agora com esse trabalho, uma vez feita a avaliação, definida toda a
104 área, feitos o georreferenciamento, a inscrição no CAR e todas as informações,
105 com os confrontantes assinando, nós vamos conseguir avançar bem nessa
106 questão de regularização. Precisamos mesmo é de mais gente, e o processo
107 passa por essa possibilidade de aplicação de recursos através de um fundo.”
108 **Criação de grupo de trabalho.** Após as discussões, a Câmara aprovou por
109 unanimidade a criação do Grupo de Trabalho de Regularização Fundiária e
110 Compensação Ambiental, composto pelos conselheiros representantes da
111 Fiemg, Faemg, Crea, Sindiextra, Ibama, Fapemig, Angá, ICMBio e IEF. **6)**
112 **BOSQUE MODELO. Apresentação: Instituto Estadual de Florestas (IEF).**
113 Leonardo Diniz, gerente de Incentivos Econômicos à Sustentabilidade/IEF fez
114 apresentação sobre bosque modelo, destacando que se trata de um dos
115 instrumentos de gestão territorial que estão sendo fortalecidos no Estado de
116 Minas Gerais, o conceito, princípios que norteiam, a Rede Iberoamericana de
117 Bosque Modelo e os exemplos em Minas. **7) PROCESSOS**
118 **ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL**
119 **CONFORME POA 2017. 7.1) AB Florestal empreendimentos imobiliários,**
120 **atividades florestais e participações Ltda. Silvicultura e produção de**
121 **carvão oriunda de floresta plantada. Paracatu/MG. PA 04158/2004/001/2013.**
122 **Classe 5. Apresentação: GCA/IEF.** Processo baixado em diligência pela

123 Presidência para esclarecimentos da Advocacia Geral do Estado, com a
124 presença na próxima reunião da Câmara, quanto às dúvidas apontadas pelo
125 empreendedor relativas a correção monetária com base no valor contábil
126 líquido. **7.2) Areão Energia S/A. CGH Areão. Barragens de geração de**
127 **energia hidrelétrica, postos revendedores, postos de abastecimento,**
128 **instalações de sistemas retalhistas e postos flutuantes. São Francisco do**
129 **Glória/MG. PA 14339/2011/001/2011. Classe 3. Apresentação: GCA/IEF.**
130 Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer
131 Único. **7.3) Distribuidora de Carnes Bom Boi Ltda. Abate de animais de**
132 **médio e grande portes, suínos, ovinos, caprinos, bovinos, equinos,**
133 **bubalinos, muares etc. Pará de Minas/MG. PA 02371/2002/003/2008. Classe**
134 **5. Apresentação: GCA/IEF.** Compensação ambiental aprovada por
135 unanimidade nos termos do Parecer Único, com abstenções dos conselheiros
136 representantes da Fiemg e do Sindiextra. Conselheiro Thiago Rodrigues
137 Cavalcanti: “Eu vou pedir abstenção neste processo porque teve atualização do
138 valor contábil líquido.” Conselheiro Rogério Pinto Vasconcellos: “Nós vamos
139 acompanhar pelos mesmos motivos da Fiemg.” **7.4) Minas Mais Alimentos**
140 **Ltda. Fabricação de produtos alimentares, não especificados ou não**
141 **classificados. Patos de Minas/MG. PA 14700/2013/001/2013. Classe 5.**
142 **Apresentação: GCA/IEF.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade
143 nos termos do Parecer Único, com abstenções dos conselheiros representantes
144 da Fiemg e do Sindiextra, com a mesma justificativa do item anterior. **7.5) Vale**
145 **S/A. Mina de Mar Azul. Pilhas de rejeito / estéril. Nova Lima/MG. PA**
146 **36129/2015/001/2015 e PA 00115/1990/003/2014, DNPM 839/1966 e**
147 **7855/1957. Classe 6. Apresentação: GCA/IEF.** Compensação ambiental
148 aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. **8) PROCESSO**
149 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL**
150 **DECORRENTE DA INSTALAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS MINERÁRIOS.**
151 **8.1) Nacional de Grafite Ltda. Lavras e extrações (pilhas de rejeito / estéril).**
152 **Carmo da Mata/MG. PA 08021/2007/002/2012, DNPM 831.956/2002. Classe 3.**
153 **Apresentação: Escritório Regional Centro-Oeste.** Compensação ambiental
154 aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. **9) PROCESSOS**
155 **ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL**
156 **DECORRENTES DO CORTE E/OU SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA**
157 **PERTENCENTE AO BIOMA MATA ATLÂNTICA. 9.1) Vale Fertilizantes S/A.**
158 **Barragem de contenção de rejeitos / resíduos. Tapira/MG. PA**
159 **00001/1988/028/2017 e 00001/1988/029/2017. DNPM 930.785/1988. Classe 6.**
160 **Apresentação: Escritório Regional Alto Paranaíba.** Compensação ambiental
161 aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Transcrição solicitada
162 pelo conselheiro representante da Angá. Conselheiro Gustavo Bernardino
163 Malacco da Silva: “Eu não tenho questionamento em relação ao processo, que
164 está bem instruído. Eu só queria fazer uma apresentação rápida, de cinco

165 slides. Essa região próxima do empreendimento da Vale, de Tapira, e outros
166 empreendimentos também minerários em relação a Fertilizantes, em Araxá,
167 Patrocínio, Tapira, inseridos dentro da bacia do rio Araguari. Já tem em outros
168 POAs aprovados estudos para subsidiar a criação de unidades de conservação
169 na bacia do rio Quebra Anzol, afluente do rio Araguari. Eu gostaria de trazer
170 essa discussão aqui, seja por meio da compensação minerária ou por esse tipo
171 também de compensação da Mata Atlântica, porque essa região do que Quebra
172 Anzol é muito importante, que abriga populações representativas de pato-
173 mergulhão. São áreas prioritárias para conservação, inclusive, classificadas de
174 muito alta, alta e também de extrema importância biológica. Nos dois primeiros
175 slides, aquelas duas bolas vermelhas: a maior, a região do ribeirão Salitre; a
176 menor, do lado esquerdo, a RPPN Galheiro. A RPPN Galheiro é de propriedade
177 da Cemig, tem cerca de 3.000 hectares. E toda essa bola vermelha maior, do
178 lado direito, tem cerca de 10.000 hectares contínuos de campos e cerrados
179 nessa região. Um zoom do lado esquerdo da RPPN de Galheiro e do lado
180 direito. O bloco maior de vegetação é bem contínuo ao sul do município de
181 Patrocínio, da área urbana. A área do ribeirão Salitre. E eu tirei do Sicar as
182 reservas legais averbadas nessa região. Mais na parte ao sul do ribeirão Salitre,
183 tem por volta de 4.000 a 5.000 hectares de reservas legais averbadas. Boa
184 parte delas é da empresa Cachuana. E outra imagem, mais ao norte, já um
185 pouco menos de reservas legais averbadas, mas que estão bem mais
186 dispersas. A área à direita, em amarelo, é a área justamente em que a empresa
187 propôs a recuperação da área, não de toda a propriedade. Mas eu queria
188 chamar atenção. Nós temos deparado, nos últimos anos, com solicitações de
189 desmatamento nessa região, e está sendo muito difícil segurar esses
190 processos, porque, acima dos 20%, infelizmente, a legislação de Minas Gerais é
191 muito permissiva, só exige inventário florestal. E nós estamos perdendo uma
192 oportunidade. Poderíamos estar usando o CAR. E, por meio dessas
193 compensações minerárias, por meio dessas compensações do bioma Mata
194 Atlântica dentro das áreas de floresta estacional etc., nós poderíamos fazer a
195 conservação dessa área praticamente com recursos privados. Então eu venho
196 falar neste Conselho, destacar essa região. Seria o maior bloco de vegetação
197 nas regiões do Alto Paranaíba e Triângulo Mineiro. São cerca de 10.000
198 hectares, mais os 3.000 hectares de Galheiros, próximo dessa RPPN. Nós
199 estamos falando de 13.000 hectares, e estamos perdendo oportunidades se não
200 agirmos logo em relação a essa questão. Eu estive reunido com a empresa,
201 com a Vale, na sexta-feira, justamente para saber dela sobre essa região.
202 Parece que eles têm 1.000 hectares de reserva legal nesse bloco de vegetação
203 e têm em curso um processo de compensação minerária. Eu peço ao IEF que
204 olhe com bons olhos, a Regional do IEF, que tem bons técnicos lá trabalhando
205 nessa questão, que tente, talvez, dentro das áreas que têm excesso de reserva
206 legal, direcionar essas compensações para essa região de forma estratégica,
207 para conservar o que ainda tem como área prioritária para conservação. E

208 preserva populações de pato-mergulhão e um contínuo bem preservado de
209 campos naturais do cerrado. Eu só queria deixar essa fala, que em outros
210 processos, não só da Vale, mas da CPRM, da Galvani, sabemos que têm várias
211 compensações minerárias na região, para que possamos fazer uma discussão
212 estratégica a respeito desse assunto.” Presidente Henri Dubois Collet: “Na
213 semana passada, nós já tivemos uma reunião com a equipe da região e a nossa
214 equipe para criação de unidade de conservação, com uma proposta para,
215 efetivamente, estudar essa possibilidade de proteção do pato-mergulhão.
216 Estamos dando os encaminhamentos, e espero que talvez na próxima ou nos
217 próximos dias possamos ter esclarecimentos do trabalho, e possamos trazer o
218 status do trabalho e mostrar o que estamos propondo para a região.”
219 Conselheiro Gustavo Bernardino Malacco da Silva: “Sobre o pato-mergulhão,
220 só diferenciar que há regiões em que ocorre que estão em áreas mais
221 degradadas, que ele depende do ambiente especialmente preservado, e tem
222 esse grande bloco de vegetação. Eu só estou pedindo um pouco de atenção.
223 Teve desmatamento de 100 hectares dentro desse bloco de vegetação, no ano
224 passado, na caneta mesmo do superintendente da Supram, infelizmente. No
225 final do ano, nós tivemos até um acordo, nós vínhamos discutindo, para que
226 outros estudos fossem exigidos e não só o inventário florestal. Infelizmente, o
227 superintendente passou por cima desse acordo, logo na saída dele, e canetou
228 isso aí. E podemos dizer, tranquilamente, por causa da influência política com
229 relação a deputado estadual. Então eu gostaria de solicitar que tenham atenção
230 nessa região, aproveitem os dados do pato-mergulhão, que vão, sim, com
231 certeza, subsidiar esse bloco, mas há outros elementos. Eu acho que nós
232 podemos casar isso, o IEF com as empresas, nos processos de licenciamento
233 que se aproximam, de renovação de Licença de Operação, algo que possamos
234 trabalhar e tentar preservar esse bloco.” **9.2) Vale S/A. Barragem de**
235 **contenção de rejeitos / resíduos. Itabirito/MG. PA 00211/1991/072/2016,**
236 **DNPM 930.593/1988. Classe 6. Apresentação: Escritório Regional Centro-**
237 **Sul. Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer**
238 **Único. 9.3) Mineração João Vaz Sobrinho Ltda. Lavra a céu aberto ou**
239 **subterrânea em áreas cársticas com ou sem tratamento. Pains/MG. PA**
240 **12356/2006/001/2009, DNPM 830.547/1995. Classe 6. Apresentação:**
241 **Escritório Regional Centro-Oeste. Compensação ambiental aprovada por**
242 **unanimidade nos termos do Parecer Único. 10) PROCESSOS**
243 **ADMINISTRATIVOS PARA CRIAÇÃO DE RESERVA PARTICULAR DO**
244 **PATRIMÔNIO NATURAL (RPPN) PARA ANÁLISE, DISCUSSÃO E**
245 **DELIBERAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO IX, DO ART. 13, DO DECRETO Nº**
246 **46.953/2016. 10.1) RPPN Tabaroa. Propriedade de Alexandre Teixeira de**
247 **Figueiredo. Área aprovada: 20,00 hectares. Prados/MG. PA**
248 **09000001351/2014. Apresentação: GCIAP/IEF. RPPN aprovada por**
249 **unanimidade nos termos do parecer do IEF. 10.2) RPPN Sítio Nutrealma.**

250 **Propriedade de Camila de Moura Campos. Área aprovada: 1,48 hectares.**
251 **Brumadinho/MG. PA 001973301501/2016. Apresentação: GCIAP/IEF. RPPN**
252 **aprovada por unanimidade nos termos do parecer do IEF. 10.3) RPPN Haras**
253 **Felicita. Propriedade de Valdete Amorim Campos e Geraldo Egg Carmo.**
254 **Área aprovada: 3,7972 hectares. Piedade do Paraopeba/MG. PA**
255 **0011973301501/2016B. Apresentação: GCIAP/IEF. RPPN aprovada por**
256 **unanimidade nos termos do parecer do IEF. 10.4) RPPN Estrela da Manhã.**
257 **Propriedade de Ical Indústria de Calcinação Ltda. Área aprovada: 85,14**
258 **hectares. Dom Bosco/MG. PA 001801101501/2016. Apresentação:**
259 **GCIAP/IEF. RPPN aprovada por unanimidade nos termos do parecer do IEF.**
260 **11) PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO PARA**
261 **ANÁLISE E APROVAÇÃO NOS TERMOS DO ART. 13, INCISO II, DO**
262 **DECRETO ESTADUAL Nº 46.953/2016. 11.1) Proposta de Criação do Parque**
263 **Estadual Serra Negra da Mantiqueira. Apresentação: GCIAP/IEF. Retorno**
264 **de vista: conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira. Unidade de**
265 **conservação aprovada por unanimidade nos termos da proposta apresentada.**
266 **Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Se não existe recurso orçamentário**
267 **para unidade de conservação, ainda que sejam muito nobres os estudos e a**
268 **apresentação, é um ponto de preocupação. Se não existe dinheiro para fazer a**
269 **regularização. Porque nós estamos sabendo o que é a dificuldade de**
270 **regularização de unidades de conservação.” Conselheiro Gustavo Bernardino**
271 **Malacco da Silva: “Eu queria parabenizar a equipe do IEF pela apresentação**
272 **dessa proposta. Estamos aguardando outras unidades. Foi um trabalho em que**
273 **vemos que o IEF se debruçou, verificou a questão de diminuição dos conflitos.**
274 **É pena ainda alguns setores não entenderem e acharem que unidades de**
275 **conservação parecem que ainda são só um problema, e se esquecem, alguns**
276 **conselheiros, do serviço ecossistêmico que esses locais propiciam, proteção de**
277 **áreas de recarga, proteção de biodiversidade, geração de renda por meio de**
278 **turismo, com é o Parque Estadual do Ibitipoca. Então eu só queria destacar isso**
279 **aqui e parabenizar a equipe do IEF.” 12) PLANO DE MANEJO DE UNIDADE**
280 **DE CONSERVAÇÃO PARA ANÁLISE E APROVAÇÃO NOS TERMOS DO**
281 **ART. 13, INCISO IV, DO DECRETO ESTADUAL Nº 46.953/2016. 12.1) PLANO**
282 **DE MANEJO - MONUMENTO NATURAL ESTADUAL DA SERRA DA MOEDA**
283 **E DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA ESTADUAL DE ARÊDES. Responsável:**
284 **Gerência de Unidade de Conservação (Geuc). Processo retirado de pauta**
285 **com pedido de vista do conselheiro Geraldo José dos Santos e vista conjunta**
286 **solicitada pelos conselheiros Thiago Rodrigues Cavalcanti, Carlos Alberto**
287 **Santos Oliveira e Rogério Pinto Vasconcellos. Conselheiro Geraldo José dos**
288 **Santos: “Eu gostaria de dizer que andei discutindo com o pessoal da Prefeitura**
289 **de Itabirito e também com o pessoal da Fiemg. Esse processo parece que está**
290 **voltando de diligência, mas ainda assim tem algumas questões que eu**
291 **precisaria de entender melhor, e gostaria de resolver durante um período de**

292 estudo melhor dessa situação. E por essa razão eu estou pedindo vista desse
293 processo e gostaria de pedir até a Fiemg que, por fineza, me ajudasse a
294 entender, porque já participou do grupo anterior. Então que me ajudasse a
295 entender melhor esse processo.” Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Eu
296 vou pedir vista conjunta para poder avaliar esses pontos levantados pelo
297 Geraldo.” **13) PLANO DE TRABALHO PARA DESTINAÇÃO DE RECURSOS**
298 **DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO NOS**
299 **TERMOS DO ART. 13, INCISO XIII, DO DECRETO ESTADUAL Nº**
300 **46.953/2016. 13.1) Plano de Trabalho Parque Natural Municipal Dona Ziza.**
301 **Aplicação de recursos advindos do processo PA/Nº 01162/2002/018/2011,**
302 **Ical Indústria de Calcinação Ltda. Responsável: Secretaria Municipal de**
303 **Pains.** Plano de trabalho aprovado por unanimidade nos termos da proposta
304 apresentada. **13) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem
305 tratados, o presidente Henri Dubois Collet agradeceu a presença de todos e
306 declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

307
308
309
310
311 **João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento**
312 **Presidente de Câmara de Proteção à Biodiversidade**
313 **e de Áreas Protegidas**